

NOTÍCIAS DE UM FASCISMO À BRASILEIRA

BREAKING NEWS: A BRAZILIAN'S FASCISM

Kássio Motta¹

Resumo

Este texto tem o objetivo de mostrar que as relações entre “situação social”, “comportamento político” e a capacidade de descrever o estado de coisas, no Brasil do século XXI, passam pela compreensão da colonialidade nossa de cada dia. E pelo entendimento do papel da nossa grande imprensa nacional. Grupos capitalistas e indústrias a (re)produzem notícias e subjetividades. “Sem tabus”, garantem. Para tentar construir uma possível compreensão da situação, busco responder a algumas questões: Como podemos definir fascismo? Há um fascismo à brasileira? Por que nunca ou pouquíssimo se ouviu falar sobre fascismo na imprensa nacional até 8 de janeiro de 2023? Como a imprensa capitalista se portou diante do fascismo do estado até então? Deu-se a devida dimensão sobre os genocídios de populações negras e nativas – formalmente denunciados nacional e internacionalmente? Pode-se falar em autocensura?

Palavras-chave: colonialidade; fascismo; liberalismo; imprensa; autocensura.

Abstract

This article aim to show how some relations between social context and politics behavior and the capacity to describe the *status-quo*, in Brazil of XXI century, drive through the comprehension of our everyday life coloniality. And through the comprehension of the roll of our brazilian “great press”. Capitalist groups, industries to (re)produce news and subjectivities. “No *tabus*”, they ensure. Searching to organize some possible comprehension, this paper looking for some answers: How can we define fascism? Is there a brazilian fascism? Why never or so rarely we heard about fascism by national press until 8th January 2023? How the capitalist press behaved itself facing the estate fascism until now? Did they covered as well the facts demand: blacks and native populations genocides —, both formally denounced nationally and internationally? May we talk on self-censorship?

Palavras-chave: fascism; coloniality; liberalism; press; self-censorship.

¹ Kássio Motta é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGFil/UERJ e mestre em Antropologia pela UFF. Atua como colaborador no Pré-vestibular Comunitário Ação Direta em Educação Popular (ADEP), vinculado ao Projeto de Extensão *Filosofia como Prática*, do IFCH-UERJ. Contato: kassiomotta@gmail.com.



Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *statu-quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente a organização desigual e sinuosa da sociedade. (...) Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não.

Machado de Assis

Revista O Espelho, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1859. (SODRÉ, 1966, p.268)

3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes
5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores.

Princípios editoriais da Folha de São Paulo

Não pode haver assuntos tabus. Tudo aquilo que for de interesse público, tudo aquilo que for notícia, deve ser publicado, analisado, discutido.

Princípios editoriais das organizações Globo

Notícias de um fascismo à brasileira

Desde de 1500, isso aqui sempre foi um braseiro. Mas um braseiro com norma. Espécie de magma das três “raças” a fervilhar e a fluir em subsolo esplêndido sempre na mesma direção. Portanto, não deveria em nada espantar a erupção do fascismo no dia 08 de janeiro de 2023. Ainda que o roteiro burlesco supere as mentes mais criativas, o que vimos foi o empreendedorismo do ódio. A amalgama da meritocracia com o autoritarismo. A luta ensandecida pela manutenção de privilégios. A necessidade de humilhar. A submissão do amor, do respeito, à “ordem e progresso”. A voracidade de dizer “eu sou a norma”. Como lava, a merda veio à tona.

Mas essa erupção de ódio era prevista e denunciada há anos por inúmeros movimentos sociais em todo território. Novidade pra ninguém. Redes sociais e veículos de comunicação anarquistas, autonomistas, pesquisadoras, pesquisadores e redes de vítimas da violência construíram um extenso rastro de denúncias que nos levam à presença e expansão de grupos e ações fascistas – inclusive do estado: executivo, legislativo e judiciário.

Tais denúncias se intensificaram a partir de 2013, juntamente com a perseguição do estado, e de veículos de comunicação, a grupos denunciantes. O mais curioso, é que desde lá, há pelo menos 10 anos, movimentos sociais, parte da academia e, em especial, grupos anticapitalistas descrevem uma realidade em total divergência com a narrativa da imprensa golpista de ontem – e salvadora de hoje. Bem como diverge da compreensão expressa por integrantes da extrema direita golpista de agora.

Este texto tem o objetivo de mostrar que as relações entre “situação social” e “comportamento político” e a capacidade de descrever o estado de coisas, no Brasil do século XXI, passam pela compreensão da colonialidade nossa de cada dia. E pelo entendimento do papel da nossa grande imprensa nacional. Grupos capitalistas e indústrias a (re)produzem notícias e subjetividades. “Sem tabus”, garantem.

Para tentar construir uma certa compreensão da situação, busco responder a algumas questões: Como podemos definir fascismo? Há um fascismo à brasileira? Por que nunca ou pouquíssimo se ouviu falar sobre fascismo na imprensa nacional até 8 de janeiro de 2023? Como a imprensa capitalista se portou diante do fascismo do estado até então? Deu-se a devida dimensão sobre os genocídios de populações negras e nativas – formalmente denunciados nacional e internacionalmente? Pode-se falar em autocensura?

Diante das dificuldades de definir fascismo(s), intento utilizar duas definições plausíveis, a fim orientar esse exercício reflexivo de identificar pontos de contato, arestas comuns, intersecções, sobreposições, raízes distantes que permitam assinalar traços compartilhados entre práticas fascistas e comportamentos políticos presentes em nossa sociedade cordial.

Para compor esse quadro, de modo amplo, apenas com a intenção de abrir reflexões, sem pretensões de exaurir qualquer assunto, ciente dos muitos vácuos a percorrer, proponho trabalhar com a ideia de que o fascismo pode ser definido como “um sistema político baseado num líder muito forte, que estende controles sobre a vida social e econômica, com destaque para o orgulho do país e da raça, sem aceitar expressões divergentes ou críticas”, de acordo com o dicionário de Cambridge (2023)².

Onde está escrito “raça”, pode-se ler “branquitude” ou privilégio de pessoas brancas. Ajuda na compreensão do que acontece por aqui.

Mas há uma aparente contradição entre o fascismo de líderes fortes e a suposta não intervenção estatal de projetos (neo)liberais como o liderado por Bolsonaro. Mas é apenas uma aparente contradição. Uma vez que as primeiras experiências práticas de neoliberalismo, orientadas pela Escola de Chicago, foram implementadas com muita opressão e resultaram em desastres econômicos e crimes contra a humanidade.

Afora isso, o próprio mentor do liberalismo na prática, Milton Friedman, afirma categoricamente em *Capitalismo e Liberdade* (1985), que “para o liberal, os meios apropriados são a discussão livre e a coação voluntária” (p.29). Isso mesmo: “coação voluntária”. Se coação significa condição imposta, constrangimento, violência, uma “coação voluntária” pode ser algo como uma humilhação consentida.

Para um panorama mais completo sobre a relação entre autoritarismo estatal e medidas econômica liberais professadas por Milton Friedman, sugiro a leitura de *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre* (2007), da jornalista Naomi Klein. Após analisar as experiências liberais nas Américas, na Europa e na Ásia, a pesquisa chega à conclusão que “em todos os casos, os princípios cardeais da escola da Chicago — privatização, desregulação e corte de serviços públicos — ergueram as fundações para os colapsos” (p. 529), resultando em enorme desigualdade e concentração de riquezas em todas as oportunidades em que uma suposta “desregulação de mercados” foi duramente imposta.

² “a political system based on a very powerful leader, state control of social and economic life, and extreme pride in country and race, with no expression of political disagreement allowed”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/fascism> Acessado em: 05/04/2023.

Nesse “capitalismo de desastre”, com define Naomi Klein, a desigualdade gerada com a concentração “de tamanha riqueza por uma parcela minoritária da população mundial não se realizou por meios pacíficos” (p. 530). Foram utilizados golpes de estado, crimes, terror e choques econômicos. Tudo para desorientar e criar a “ilusão do consenso ideológico” (p. 531). Fazendo parecer, nas palavras do próprio Milton Friedman, uma “coação voluntária”.

Sendo assim, não é em nada incompatível o fascismo com políticas econômicas liberais aplicadas na prática. Pelo contrário, os registros deixados são de fascismo e liberalismo econômico associados, conforme a definição apresentada — “um sistema político baseado num líder muito forte, que estende controles sobre a vida social e econômica”. Porque, se na teoria liberal de Friedman é “Capitalismo e liberdade”, na prática liberal dos estados é fascismo e atrocidades.

Portanto, a definição de fascismo aqui utilizada atende, nesse artigo, a expectativas de compreensão macropolítica. Seguiremos com ela em mente ao longo do texto. A essa definição macro, soma-se a definição que nos auxilia a compreender melhor a dimensão micropolítica dos fascismos cotidianos:

(...) uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com o declínio, humilhação ou vitimização da comunidade e por cultos compensatórios à unidade, energia e pureza, nos quais um grupo de militantes nacionalistas comprometidos, trabalhando em colaboração incômoda, mas eficaz, com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e persegue com violência redentora, sem restrições éticas ou legais, suas metas de limpeza interna e expansão externa (PAXTON apud BRAY, 2019, pp. 29-30).

Onde está escrito “limpeza interna”, pode-se ler “racismo”. Ajuda na compreensão do que aconteceu por aqui.

O convite é pensarmos a possibilidade de utilizar esse “comportamento político” como uma partícula articuladora entre os fascismos nos âmbitos macro e micro – ontem e hoje – em nossa sociedade. Mas será possível verificar a materialidade desse comportamento político fascista nas relações de alteridade da sociedade brasileira? De 1500 até agora?! É possível traçarmos um fio condutor tão longínquo e duradouro a reger nossas relações sociais?

Vejamos: De acordo com Aimé Césaire, o problema foi que o fascismo europeu gerou a “humilhação do homem branco e do fato de aplicar à Europa procedimentos colonialistas que até então haviam sido reservados exclusivamente para árabes da Argélia, os *coolies* da

Índia e os negros da África” (CESAIRE, 1978, p.18). Incluem-se aí as populações nativas das Américas, desde 1492. E isso não é um detalhe.

Mark Bray, autor de *Antifa: o manual antifascista*, cita Aimé Césaire: “até certo ponto podemos entender o nazismo como o colonialismo e o imperialismo que os europeus trouxeram de volta pra casa” (2019, p.34-35). Se este comportamento político colono-fascista descrito por Césaire e Mark Bray está atrelado à branquitude, ao racismo e à humilhação — como vimos nas definições de fascismo até aqui —, este comportamento pode ser comum às relações interpessoais e entre pessoas e estados. Mas mais do que isso, interessa saber é se, e como, conseguimos traçar alguns contornos de um comportamento político fascista à brasileira. Uma espécie de orgulho nacional.

A proposta aqui é ver o “comportamento político” fascista — a racializar, desumanizar, humilhar e manter privilégios brancos —, como nuances, lampejos, estocadas da colonialidade nossa de cada dia a manter a ordem. De onde olho, me parece ser possível ver pinceladas verde e amarela no que definimos até então como fascismo. Então vamos a elas.

Contrapondo-se à industrialização e urbanização presentes no fascismo de Mussolini, por exemplo, o à moda brasileira tem raízes na (1) *plantation*, surgida há cinco séculos e agora chamada de agronegócio — com frequência ainda escravizando pessoas; (2) na mineração, iniciada por aqui há três séculos — com frequência ainda escravizando pessoas; e no (3) “entreguismo” — termo que designa uma política de entregar, vender a preços módicos ou vender o inegociável —, de riquezas de toda a sociedade a interesses externos e predatórios. Sem muito empenho em industrialização.

Em suma, o fascismo daqui, de tempos coloniais como todas as suas derivações, como alertou Aimé Césaire, parece investir no extrativismo predatório do Brasil colônia. De tempos de acumulação primitiva. De tempos de total humilhação e extermínio de populações inteiras.

Parece então que há uma distinção marcante da estratégia de dominação econômica desses dois fascismos: o tupiniquim e o “clássico”; o extrativismo colonial bolsonarista versus a indústria moderna de Mussolini.

Além da destruição ambiental, e desse ufanismo submisso, colonizado, por aqui vende-se a preços irrisórios a garantia do bem-estar social em prol de interesses de concentração do capital. Em um exemplo, leilões do pré-sal para iniciativa privada. Em outro, o crime humanitário contra a população Yanomami, denunciado há muito, mas mostrado, ou melhor, mediado pela imprensa, somente 2023. Crime humanitário resultado da (in)ação

estatal – executiva, legislativa e judiciária –, do silêncio da “grande imprensa” e de parte representativa de nossa sociedade. Por ignorância ou maldade, resta saber.

Tanto *agroplantation* como entreguismos do século XXI apresentam marcas da relação de total submissão entre colônia-metrópole. Relação de total exploração e lucro com vidas. De utilização de todas as formas de trabalho conhecidas para se produzir riquezas e drená-las para o velho mundo (QUIJANO, 2005). Relação de total fluxo de concentração de riquezas — e conhecimentos — para o continente colonizador.

No velho fascismo de lá, o ufanismo é nacionalista. Ou seja, ufanismo é ufanismo. No mais velho fascismo daqui, não. Tem espaço até para o fascista chefe do executivo desfilar acompanhado de símbolos pátrios de outros estados. Por aqui é um “Brasil acima de todos” mais ou menos. O fascismo colonial brasileiro demonstra certa submissão a outro “líder muito forte, que estende controles sobre a vida social e econômica, com destaque para o orgulho do país e da raça, sem aceitar expressões divergentes ou críticas” (CAMBRIDGE, 2023). O fascismo por aqui, até quando se mostra ufanista, é colonizado.

Responsáveis por (re)produzir e concentrar riquezas ao custo de elevar iniquidades e mortes, as expressões do fascismo colonial brasileiro – produtivas, contratuais e servis – podem ser percebidas no capitalismo liberal em que a sociedade brasileira se afunda, enquanto estado e elites econômicas se refestelam. Ontem e hoje.

A partir desses contornos distintivos — *agroplantation*, garimpo e servilismo —, traço um primeiro esboço do fascismo nosso de cada dia. Mesmo rascunhado, esse esboço é distinto do que se define de “fascismo clássico”.

Diante desses contrastes, imagino ser possível nomeá-lo de fascismo colonial brasileiro. No qual sugiro analisarmos a sua cicatriz mais profunda e longínqua no tempo. Para vermos essa cicatriz, proponho pensarmos “a natureza dessa racionalidade que é compatível com a violência” (FOUCAULT, 2006, p. 319) e que se materializa em violações e mortes.

Penso que ao buscar os objetivos a qualquer custo, inclusive ao custo de vidas, a racionalização liberal expressa-se, manifesta-se, mostra-se, comunica-se por uma norma de morte capaz de direcionar a violência do estado – e da sociedade em geral – contra pessoas específicas. Pessoas (a)normalizadas. Pessoas que se auto identificam com grupos historicamente massacrados na sociedade brasileira. Ou seja, grupos sociais sempre alvos da violência. E por que não alvos da violência do capital?

(...) a finalidade do capital é a produção da diferença mediante a reprodução e ampliação progressiva da hierarquia até o ponto do extermínio de alguns como expressão incontestável de seu êxito, concluiríamos que somente a morte de alguns é capaz de alegorizar idoneamente e de forma autoevidente o lugar e a posição de todos os dominados, do povo dominado, da classe dominada. É na exclusão e seu significante por excelência, a capacidade de supressão do outro, que o capital se consagra (SEGATO, 2005, p. 283).

Resumindo: mais-valia, mais hierarquia, menos vida. A máxima exploração sem qualquer impedimento. A máxima submissão de corpos e mentes – dentro da lei, que o diga –, em prol do capital, do capital sem restrições, do capital consagrado – seja na cartilha colonial, fascista ou neoliberal. Chame-a como quiser.

Por essa perspectiva, a norma de morte pode ser vista como intersecção autoritária, o principal ponto de articulação, ou de diálogos, entre colonialismos, nazi-fascismos e (neo)liberalismo. Sobreposição de comportamentos político-econômicos que forjam esse braseiro de injustiças, de inconstitucionalidades, de violações sistemáticas, seculares e silenciadas. Comportamentos políticos que ganham substância na exploração, na humilhação, na maldade de impedir outras potencialidades humanas que não as demandadas pela verdade do mercado.

Como explica Gilles Deleuze em seu *Abecedário* (1989, p. 48), “o que é a maldade? É impedir alguém de fazer o que ele pode, é impedir que este alguém efetue a sua potência”. Desse poder cruel de impedir possibilidades humanas emerge a norma de morte, que sugiro compreendermos como uma violência anormalizante – expressão maior de nossa colonialidade – presente com viço no fascismo à brasileira.

Por colonialidade podemos entender uma mentalidade herdada, uma visão de mundo (re)produzida por compreensões compartilhadas há gerações. Em outras palavras,

vínculo entre o passado e o presente, no qual emerge um padrão de poder resultante da experiência moderna colonial, que se moldura no conhecimento, na autoridade, no trabalho e nas relações sociais intersubjetivas (STREVA, 2017, pp. 21-22).

Resumidamente, colonialidade é a “colonização das perspectivas”, como define Anibal Quijano (2005, p.121). Isso nos permite pensar esse “padrão de poder resultante da experiência moderna colonial” funcione como antolhos a delimitarem, como uma “moldura”, a visão e a vida? Parece que sim. E se pensarmos a colonialidade como uma espécie de

antolhos culturais? Uma delimitação eurocêntrica do olhar, que só permite ver à frente da jornada capitalista – aqui compreendida como iniciada e já globalizada desde 1492.

Antolhos que só permitem enxergar o *mainstream*. Bloqueiam a visão do entorno. Como se a colonialidade fosse uma cegueira da visão periférica. Uma espécie de visão em túnel antes da morte. Tudo em nome da norma retificadora do *mainstream* capitalista. Da tal “verdade do mercado”. Chico Science (1994) cantou o resultado desse fluxo capitalista unidirecional intensificado no liberalismo econômico: “o de cima sobe e o de baixo desce”.

Talvez seja possível ver sob o fluxo incessante de *produção de riquezas* capitalista, sob a “ampliação progressiva da hierarquia até o ponto do extermínio de alguns como expressão incontestável de seu êxito” (SEGATO, 2005, p. 283), que a norma de morte é o fim do capital. Ou pelo menos o que o faz girar. E não é de hoje.

Proponho compreender a norma como algo a se perpetuar, de geração a geração, na reprodução incessante de sentidos deletérios sobre os mesmos grupos sociais violados em direitos, os “de baixo”. Vítimas cotidianas de violências e mortes. Grupos há gerações em estado de iniquidade social e violações de direitos – inclusive a garantia de direito à vida.

Porque a “verdade do mercado”, bem como a verdade do colonialismo, do fascismo e do neoliberalismo – a verdade da branquitude, do racismo, do machismo e da humilhação alheia – são regidas por essa norma de morte, sempre a “mirar nas cabecinhas”. Norma de morte que retifica, com a mesma perspectiva de tempos coloniais, ao se reproduzir no trato do estado, e da sociedade em geral, para com os grupos anormalizados.

Processo de anormalização presente também na definição, por estados soberanos, de quem vive e quem morre. Máxima hierarquia, bem expressa pelo conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe, para quem “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (2016, p. 123).

Onde está escrito “soberania”, pode-se ler privilégio branco, privilégio macho, privilégio hétero, privilégio cristão. Privilégio de definir a norma de morte, que se mostra no quadro a seguir.

Padrão Colono-Capitalista	Vítimas	Frequência Média de Violações e Mortes
Homem	Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> - 03 feminicídios por dia - 1 a cada 7 horas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). - 144 estupros por dia - 1 a cada 10 minutos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). - 1.440 denúncias de violações por dia - 1 a cada 60 segundos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).
Branco	Nativas Negrxs	<ul style="list-style-type: none"> - 03 mortes nativas por semana - 1 a cada 2 dias (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2021). - 95 mortes negras por dia - 1 a cada 15 minutos (CERQUEIRA, 2021).
Cis/ Hétero	LGBTQIA+	<ul style="list-style-type: none"> - 01 morte LGBTQIA+ por dia (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). - 25 agressões por dia - 1 a cada hora (CERQUEIRA, 2021).
Cristão	Religiões de matrizes africanas e nativas	<ul style="list-style-type: none"> - 02 ataques por dia - 1 a cada 12 horas (ALERJ, 2021).

Pelo quadro, pode-se compreender que a norma de morte estabelecida pela colonialidade/modernidade baseia-se no padrão colonial, ou seja, nas mesmas categorias e hierarquias sociais, conseqüentemente, nas mesmas relações de alteridade entre diferentes grupos sociais brasileiros há séculos.

A norma colonial do sujeito pleno de direitos - inclusive o direito de predicados (propriedades) e de predicar -, era, como ainda é hoje, o modelo do homem, branco,

heterossexual, cristão, adulto, rico. Por essa permanência, que sugiro ser possível pensar a colonialidade, essa “perspectiva colonizada”, esse “vínculo entre passado e presente”, como um fio condutor da violência a direcionar, a dar sentido, à norma de morte do fascismo colonial brasileiro.

A tempo, antônimo, do grego: *anti* – contra, contrário, oposto; *onymia* – nome. Portanto, as vítimas, esses anti-nomes, são os sentidos opostos, sentidos contrários, inversos ao “fluxo de produção de riquezas”. Exatamente agora, a norma materializa-se em algum lugar desse brasileiro. Reafirma-se. Impõem-se. Aplica-se sobre alguns desses corpos de sentidos contrários, limitando-lhes as possibilidades. Selecionando formas de vida. Fazendo emergir a colonialidade que subjaz ao sistema colono-capitalista. Que de forma precisa enxerga, mira, acerta, apaga os exatos antônimos à norma, ao fluxo capitalista. Colonialidade que, assim, materializa-se a cada segundo, minuto, hora, dia – como retratam os dados da violência. Será que, assim como as mulheres em Ciudad Juarez (SEGATO, 2005), nossos corpos têm mensagens? Se sim, precisamos dar-lhes ouvidos. Mas como?

Para isso recorro a *Mito e Música*, de Claude Lévy-Strauss. O texto analisa a “similaridade de método entre a análise do mito e a compreensão da música” (1970, p. 58). Assim, nos ajuda a pensar essas mortes não como episódios, fragmentos, mas como um conjunto, uma totalidade, partes que se somam. Milhões de pontos passados, presentes e, infelizmente, futuros. Pontos-vítimas que ao se ligarem deixam ver sentidos expressos nesse *continuum* de mortes. Permitem darmos sentido a esse fio longínquo e perene a relacionar diferentes mortes no Brasil. Fio intersubjetivo e condutor da violência associada à colonialidade.

É preciso então somar “acontecimentos, ainda que pareçam muito diferentes, empilhá-los uns por cima dos outros, a ver se poderão ser tratados como um único e o mesmo acontecimento”, explica Lévy-Strauss, que segue demonstrando como elementos distintos podem ter o mesmo sentido, os mesmos significados, o mesmo valor: “são uma e a mesma coisa, mas considerados de diferentes pontos de vista” (1970, p. 57).

Pensando nisso vale perguntar: “ainda que pareçam muito diferentes” os casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) no Brasil, podemos “empilhá-los uns por cima dos outros, a ver se poderão ser tratados como um único e o mesmo acontecimento”? “Mantendo a consciência da totalidade da música” (p.58) macabra que nos embala? Conseguimos enxergar as mensagens que tentam comunicar — há gerações? É possível que “se veja claro

um núcleo central que apresenta características particulares e semelhantes”, como sugere Rita Segato (2005, p. 268)?

Na tentativa de costurar, tecer, ligar pontos dessa totalidade, é que proponho vermos a colonialidade como eixo fundante do fascismo à brasileira, operando para eliminar sentidos contrários ao fluxo e à verdade do mercado. Eliminar grupos sociais que devem ser expurgados do campo de visão. Afastados, segregados, presos ou alvejados. Mas sempre humilhados. A norma visa eliminar os sentidos daqueles corpos, daquelas mentes, daqueles grupos que revelam a sociedade historicamente injusta e obscena que somos.

Ou seja, ao “empilhar” as vítimas, costurar suas mortes, cerzir o mapa da brutalidade, talvez seja possível compreender melhor a distribuição colono-fascista da violência nacional. Compreender o sentido de norma que a violência apresenta. Sentido de padrão.

Portanto, é possível pensar que a norma de morte vigente na sociedade brasileira expressa-se pelo “comportamento político” humilhante, racista e mantenedor de privilégios brancos e masculinos. A norma é a expressão objetiva – na criação, na execução e no julgamento de leis e comportamentos sociais – a decidir quem pode viver e quem irá morrer sob a verdade do mercado, e sob o silêncio da grande imprensa. Como sempre cantará Elza Soares, nessa ampliação de hierarquias sociais inerente ao capitalismo, “a carne mais barata do mercado é a carne negra” (2002b). Ontem e hoje.

Mordaz, a antropóloga Lélia Gonzalez (1984, p. 225), afirma que a mulher negra vale “lixo” nesse mercado. Lélia denunciava o lugar “emblemático” da mulher negra, levando em conta a interseccionalidade (CRENSHAWN, 2002) que atinge também as mulheres “indígenas” ou “negras da terra”, como os “civilizados” europeus referiam-se às pessoas nativas das Américas.

E o que poderia ser mais emblemático do lugar de submetimento que o corpo da mulher mestiça, da mulher pobre, da filha e da irmã dos outros que são pobres e mestiços? Onde se poderia significar melhor a outridade produzida justamente para ser vencida? Que troféu emblematizaria melhor a sinecura de ótimos negócios para além de qualquer regra ou restrição? (SEGATO, 2005, P. 283)

* * *

É num braseiro como este — com norma, onde melanina jamais rimou com democracia —, que a colonialidade fervilha em comportamentos políticos colono-fascistas cotidianos.

Até aqui propus analisarmos o fascismo à brasileira e suas possíveis relações com a colonialidade, a fim de descrever uma norma de morte, que compreendo lastreada pelo modelo civilizacional fascista colonial. Tanto no nazi-fascismo “clássico”, industrial e

ufanista como no fascismo à brasileira, *agropplantation*, extrativista e servil a interesses externos, é possível encontrarmos traços racistas, machista, de privilégio branco e de humilhação comuns à colonialidade, aqui entendida como “um “vínculo entre o passado e o presente”, a “colonização das perspectivas”, um fio condutor intersubjetivo a orientar a norma de morte.

Numa imagem, vejo a colonialidade como antolhos neuro-sociais – a limitarem as possibilidades: de ser, ver, compreender e transformar o contexto em que se vive. Portanto, a partir daqui, gostaria de pensar sobre como os meio de comunicação no Brasil interferem na colonização das perspectivas, a ponto de não parecer absurdo “ótimos negócios para além de qualquer regra ou restrição” (SEGATO, 2005, p. 283).

Vale lembrar que os meios de comunicação sempre tiveram uma relação fundamental em regimes autoritários. E que a Comunicação Social surge como um novo campo acadêmico de conhecimento pós-segunda guerra mundial, diante da importância estratégica para a “humilhação do homem branco” europeu por estados nazi-fascistas.

E parece que a imprensa segue importante para regimes autoritários aqui também. Pois, na tentativa de construir antolhos a privilegiarem a verdade do mercado, a imprensa nacional tem histórico de ocultar racismos, machismo, privilégios e humilhações. Um exemplo sintomático foi a invenção – pelo jornalismo brasileiro – da expressão “democracia racial” (GUIMARÃES, 2002).

Expressão que por décadas ajudou a camuflar os massacres cotidianos. “Democracia racial”, como antolhos intersubjetivos, tenta invisibilizar, bloquear, soterrar os sentidos da barbárie civilizacional em que vivemos desde sempre. Antolhos da colonialidade jornalística que forçam ver apenas o fluxo “produtivo” que nos carrega “à frente”, tentando impedir que vejamos a destruição às margens. Ao custo que for. De vidas, de comunidades, de um planeta inteiro. Basta pensarmos na crise climática, que tanto estado quanto imprensa nacionais chamam eufemisticamente de “mudança climática”.

Os sentidos de “democracia racial” ou de “mudança climática” servem como antolhos, que tentam impedir de ver, pensar, compreender – sendo assim, dificultam transformar as injustiças sociais em que vivemos. É como se colonialidade e violência fossem afluentes ou tributárias do fluxo de capital – globalmente constituído com o horror da colonização ou “civilização” como gostam de chamar.

Mas apesar dos eufemismos, terror, violência, abusos e mortes parecem fazer parte da história e da dinâmica do fluxo colono-fascista. Como alerta o Professor e filósofo Rodrigo Guerón,

(...) esse fluxo pode perfeitamente se manter por muito tempo sob relativo controle, sem grande expressão econômico-política ou com essa expressão restrita a determinadas áreas de atuação, inclusive sendo utilizado eventualmente pelo Estado e/ou por setores do capital. É como se a estabilidade de uma máquina social capitalista dependesse sempre de algum tipo de gestão desses fluxos fascistas. Fenômenos como o bolsonarismo, no entanto, têm a ver com o rompimento dessa estabilidade (2022, p. 16-17).

Com o objetivo de “estabilidade”, podemos pensar a norma de morte como expediente eficaz nessa gestão dos fluxos fascistas. E parte importante dessa gestão são as perspectivas que tomamos da situação. Talvez, a verdade do mercado tenha influenciado demais a imprensa nacional ávida por lucros a ponto de lhe impedir ver, e deixar ver, o que se passava durante a pandemia.

Se por um lado os apoiadores do fascismo à brasileira têm uma perspectiva “delirante” da situação – com direito a alardear invasão esquerdista, criar “vírus comunista”, pedir intervenção militar e fazer contatos extraterrestre via lanterna de telefone celular –, por outro lado, a paranoia delirante não os impede de voltarem-se violentamente sempre contra os mesmos grupos. Os grupos contrários, antônimos, antíteses ao fluxo produtivo, e desejável, que deve se mostrar como único caminho, mais “à frente”: indivisível, universal e desumanizador.

Um fluxo produtivo – “a economia é a pátria”, como bem disse o fascista da vez – cuja norma (de morte) administra o fascismo inerente ao capital desde tempos coloniais de “acumulação primitiva”. Sempre produzindo iniquidades, injustiças e violências contra mulheres, populações negras, nativas, LGBTQIAP+, pessoas que seguem espiritualidades de raízes africanas e nativas, crianças, jovens, adolescentes e pobres. Porque no Brasil, “todo mundo sabe como se trata os pobres”, avisa Elza Soares (2002a).

Se a realidade facho golpista parece tresloucada, a narrativa da imprensa também não parece tão próxima dos fatos que se tem notícia por outros veículos de Saúde, de Assistência Social ou por veículos de comunicação independentes e anticapitalistas.

Mas se os golpistas de hoje divergem dos golpistas de ontem – incluindo grupos de imprensa – no entendimento do que seja um bom funcionamento da “democracia”, concordam com a norma de morte. Os golpistas de hoje, porque acham que os comunistas, os

contrários, os outros, as pessoas negras, nativas, mulheres, LGBTQIAP+ devem mesmo morrer. Assim, com menos dessa gente *do contra*, o estado reduz investimentos sociais e só os verdadeiros patriotas e produtivos, os sentidos corretos, empreendedores e merecedores prosperarão – a “gente de bem”. “Ordem para o povo e progresso pra burguesia”, resumem os versos de Marcelo D2 (2003).

Não à toa, os fascistas do 8 de janeiro de 2023 vestiram-se de verde e amarelo. Levaram às costas, como capas de super-heróis, a boa e velha “ordem e progresso”. Refletiram nas córneas de todo o mundo um fascismo verde e amarelo. Inesquecível.

Por sua vez, grupos de comunicação parecem divergir do que acontece no mundo real – objetivo, de carne e osso e sangue. Porque acreditam, ou compartilham informações como se acreditassem, que as “instituições estão funcionando”, “a democracia brasileira é forte”, “vencemos o fascismo”. Enquanto isso, a mesmíssima norma graça em nossa sociedade, sabe-se pelos dados e pelos relatos das pessoas sobreviventes. Não pela imprensa nacional.

Aí, perguntaria Lélia Gonzalez, no seu alto e bom Pretuguês: “Cumé que a gente fica?” (1984). Bem, a gente, que atua com movimentos sociais, como Lélia atuava, aprende com as pessoas mais velhas, de mais tempo de luta, que sempre foi assim. Luto para o povo e lucro pra burguesia. Inclusive para a imprensa.

E quem são os donos dos grupos de comunicação no Brasil? Famílias burguesas a fazerem fluir o *mainstream* do mercado nacional. Mais do que isso, grupos de comunicação devem fazer ver o *mainstream*. E as poucas famílias que dominam as comunicações no Brasil, via suas capitâncias hereditárias, estão aí para isso. Para ajudar a administrar os fascismos inerentes ao sistema produtivo colono-capitalista, “trabalhando em colaboração incômoda, mas eficaz, com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas” (PAXTON apud BRAY, 2019, P.29-30) e cria suas próprias narrativas.

Em um exemplo, a famigerada “Guerras às drogas”. Tema que a imprensa capitalista explora como questão de segurança, necessária à manutenção da ordem (para o povo). Em contraponto, instituições de pesquisa, movimentos sociais e sobretudo familiares de vítimas do estado tratam a “guerra às drogas” como cortina de fumaça para submissão de populações e de territórios. Sabem que a cobertura jornalística sobre o tema serve de antolhos para não se ver o genocídio negro, há tempos autocensurado pela imprensa nacional. Violação gravíssima do direito à informação que precisam explicar. Se é que resta alguma responsabilidade social.

Mas por que o silêncio? Bem, as empresas de imprensa disputam a preferência de poderes federal, estaduais e municipais, uma vez que o setor público é um importante

anunciante na comunicação brasileira. Portanto, a “grande imprensa”, constituída por grupos empresariais familiares, tem fortes interesses econômicos com o estado. Sendo assim, a produção capitalista de notícias beneficia-se, e talvez dependa mesmo, da socialização de recursos de toda a sociedade brasileira — por meio de verbas de publicidade e propaganda de entes federativos e da união. Mas os mesmos grupos defendem o liberalismo.

Além disso, os planos econômicos neoliberais dos governos golpistas, de Temer e de Bolsonaro, são os mesmos dos grupos de comunicação no Brasil. São planos (neo)liberais de desestatização, desregulação e empreendedorismo/individualização.

E há outro elo entre golpistas de ontem e de hoje: agronegociantes. Tanto nas hordas do fascismo miliciano de Bolsonaro como no horário nobre das empresas de comunicação social, não faltam luzes para o agronegócio. “Agro é pop. Agro é tech. Agro é tudo”, como enaltece a campanha publicitária do maior grupo de comunicação do país, financiada por anunciantes como a maior produtora de proteína animal do mundo — a empresa BRF Brasil Foods.

De acordo com a Pesquisa “A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil” (SANTOS, 2018), a expansão do agronegócio conta com uma bancada parlamentar, com ganhos consideráveis de financiamento estatal.

Vale ver alguns dados:

Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (BRASIL, 2016, p. 8).

Para vender o agronegócio “como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país” a propaganda “contradiz os dados do último censo agropecuário”, realizado em 2006, a registrar que “pequenos produtores de base familiar são responsáveis por 70% da produção de alimentos e pela ocupação da maior parte da mão de obra no campo (MDA, 2009 apud SANTOS 2018, p. 57).

Ainda assim, a análise da campanha “Agro é pop” afirma que “os dados quanto ao financiamento público ao setor agropecuário mostram a disparidade entre o crédito concedido a grandes e pequenos produtores” (SANTOS 2018, p. 51). E quem acredita na história de que

é compartilhado com o restante da sociedade brasileira o que se produz na “Agro: A indústria-riqueza do Brasil”, como canta a propaganda, engana-se:

(...) na dinâmica de crescimento da produtividade física da agropecuária nas zonas consolidadas ou nas zonas de nova incorporação fundiária, não há evidência de correspondência com aumentos de salário, nem tampouco de elevação do emprego de trabalhadores não qualificados, vinculados ao crescimento da produção. Em outros termos, a taxa de salário, o emprego e a massa salarial gerados no processo de produção e exportação de bens primários não crescem ou até decrescem, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas de 8 a 10% ao ano (CARNEIRO et al., 2015, p. 101 *apud* SANTOS, 2018, p. 49).

Pelo o que foi visto sobre o financiamento dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, o agro também é facho. E esse elemento articulador entre agronegócio e fascismo colonial brasileiro permite relacionar também as capitânicas hereditárias do século XVI com as das comunicações do século XXI. “Latifúndios” que abrigam as ideias colono-fascistas de ontem e de hoje. As primeiras, cultivadas nos solos das *plantations*. As últimas, nas mentes do público.

Nesse sentido, a atuação da propaganda na campanha publicitária estudada ajuda a constituir uma ideologia sobre o campo brasileiro, disseminando a ideia de que o sistema produtivo capitalista a partir do agronegócio é o ideal. Além disso, esse *processo encobre e destrói uma teia de relações existentes quanto ao modo de vida e de produzir no campo, que passa pelos pequenos produtores rurais*, os quais exercem papel de destaque na produção agropecuária de abastecimento interno, são intensivos em trabalho e exercem papel de destaque para o setor rural em termos socioeconômicos (SANTOS, 2018, p. 51, *grifo nosso*).

Sublinhado meu a fim de destacar a norma de morte colono-capitalista a atuar contra outras formas de vida, outros sentidos, outras relações de alteridade. Aspectos que merecem cuidadosa análise noutra oportunidade.

* * *

Até aqui, definimos o fascismo como um comportamento político racista, de manutenção de privilégios brancos, machistas e de humilhação de toda existência contrária ao sentido do fluxo da verdade do mercado. Vimos que é possível compreender a norma de

morte como a direção, o sentido da violência na sociedade brasileira. E sugiro que essa direção pode ser dada pela colonialidade.

Essa colonização das perspectivas — por categorias, hierarquias e relações sociais desiguais e injustas — pode ser compreendida como antolhos, que direcionam nosso olhar, pensar, agir, sentir, desejar para o que interessa ao sistema capitalista, a saber a “produção de riquezas”. Ainda que ao custo de vidas.

Vimos traços de uma norma de morte de raízes coloniais, a fazer emergir no presente passados intersubjetivos, que identifico tanto em movimentos golpistas de agora como na imprensa golpista de outrora.

A proximidade é tamanha que Fabíola Vasconcelos, autora da tese em Serviço Social “Mídia e conservadorismo: O Globo, A Folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo”, do programa de pós-graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco –, concluiu que a imprensa paga o preço por se aproximar demais do fascismo que ajudou a cultivar.

O papel ideológico e interesses materiais das empresas de comunicação, passando pela interferência delas nos processos eleitorais e nos governos de plantão a partir da manipulação jornalística, até a criminalização da política e dos setores progressistas, com mais ênfase ao antipetismo, e a emergência de uma indústria de fake news – chegamos ao final de nosso trabalho com o sentimento de que a mídia brasileira é vítima de si mesma. A avalanche que a nova onda conservadora representa para o Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente do país foi estimulada e retroalimentada pela grande imprensa e seus intelectuais orgânicos. A negação da política e o ódio ao PT, tão impregnados nas ações da Lava Jato e reverberados pela mídia, pariram Bolsonaro. Agora, essa mesma mídia não consegue controlá-lo e é um dos alvos preferenciais da metralhadora giratória do presidente. Nesse caso cabem os jargões populares “o feitiço voltou-se contra o feiticeiro” ou a “criatura voltou-se contra seu criador”. Não estaria já passando da hora de os meios de comunicação fazerem uma autocrítica, prática que eles tanto cobram ao PT? (VASCONCELOS, 2021, p.266).

Autocrítica sobre como tratar o representante do fascismo como um candidato possível, ainda que ele sempre tenha expressado, ao longo de 30 anos de carreira política medíocre, essa mesma norma de morte imanente à verdade do capital. Mesma norma que a imprensa expressou ao estimular o ódio a movimentos sociais e ao Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Mesma norma que a imprensa reproduziu quando cobriu ao vivo

manifestações conservadoras em frente à FIESP, em São Paulo, pró-impedimento de Dilma, enquanto fingia não existirem, ou cobria com antolhos, manifestações à esquerda pela manutenção do mandato.

Essa manipulação da realidade via notícias também ocorreu na pandemia, especificamente. Vale a pena verificar as capas dos principais jornais nas datas em que a Covid-19 alcançou 50 mil, 100 mil, 150 mil, 200 mil mortes. Nas ocasiões, jornais como O Globo, Folha de São Paulo, Estado de Minas, A Tarde deram a notícia de forma bastante tímida diante da gravidade da questão, sem associar o chefe do executivo à drástica situação. Talvez para não gerar alarde.

É triste destacar que no domingo, 09 de agosto de 2020, quando a COVID-19 havia matado mais de 100 mil pessoas – sobretudo das populações mais vulneráveis, e racialmente bem demarcadas –, os jornais impressos de maior circulação preservaram o nome e a cara do chefe do poder executivo.



As manchetes omitiram aquele que debochou, mentiu, descumpriu protocolos, fez rodízio de ministros da Saúde pra ficar com um militar como interino, que nada conhecia de Saúde. Ou seja, um presidente que se utilizou de uma pandemia para alcançar objetivos políticos e escusos. Mas para a imprensa brasileira, nada disso se relaciona com os números da tragédia. Por isso, o presidente não saiu nas capas dos principais jornais. Coincidências de um jornalismo “sem tabus”, plural, independente, que se intitula “bastião da democracia” e defensor do interesse público. Se num momento grave como na pandemia, o jornalismo brasileiro teve essa postura, de ocultar o fascista do Palácio do Planalto, vale imaginar o que não fazem em momentos de normalidade.

Por outro lado, toda “motociata” do chefe de estado foi capa. E os veículos de comunicação, palanques do fascismo.

Em março de 2023, a Covid-19, fez mais de 700 mil vítimas registradas. Muitas vidas perdidas graças à ideia de que “a economia é a pátria”; de que patriotismo é a coragem – e a ignorância – de se opor às medidas sanitária e de enfrentar o vírus, colaborando com a manutenção da economia, mesmo sem a existência de uma vacina à época.

Ao solicitar a exposição patriótica ao vírus em prol da circulação de capital, apostando numa “imunidade de rebanho” cientificamente inexistente, o chefe do executivo tinha consciência de que grupos seriam mais atingidos? Por que as capas dos principais jornais não vinculavam a postura do presidente com os números crescentes de mortes, nas datas em que se chegava a novos recordes de vítimas fatais na pandemia? Por que apagar do contexto o responsável direto por centenas de milhares de mortes? Talvez, acusá-lo, explicitar as relações do poder executivo com as mortes, poderia desestabilizar a economia. Não convinha como não convém. No fim das contas, a “grande imprensa” parece acreditar que “a economia é a pátria” mesmo.

Mas era óbvio que as populações historicamente violadas, que sobrevivem nas iniquidades sociais brasileiras, executam trabalhos presenciais e braçais, com poucos ou nenhum recurso seriam as mais expostas. E, logicamente, foram as populações negras e nativas as mais vitimadas pela doença, propriamente, e pelas consequências da pandemia, como perda de emprego, redução de rendimentos e fome – sobretudo mulheres.

Baseado no que vimos até aqui e no que registra o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (Brasil, 2021), podemos afirmar que a norma de morte se manifestou durante a pandemia como

(...) uma política que, ao excluir o elemento racial corrobora em si com o racismo estrutural e a continuidade das mortes por Covid-19, que se concentram na população negra. Atendendo ao pleito contido nesse documento, esta Comissão frisa que a população negra brasileira foi a que mais morreu em decorrência da má gestão da pandemia. Assim, a indiferença do governo, dissimulada sob a forma de neutralidade e isonomia, concretizou mais uma vez os danos propiciados pelo racismo” (p. 658).

No mesmo documento, parte do poder legislativo do estado brasileiro afirma que as mulheres

(...) foram gravemente prejudicadas, visto que ocupam as posições mais precarizadas do ponto de vista trabalhista. Portanto, sem a possibilidade de migrar para o *home office*, perderam logo o emprego e, muitas vezes, não contavam com nenhuma proteção previdenciária. Mesmo as empregadas estavam nos postos mais vulneráveis dentre aqueles serviços considerados essenciais, que estão na linha de frente do enfrentamento à doença, como as auxiliares de limpeza nos hospitais, as que atuam no atendimento, caixas de supermercado e balconistas de farmácias (p. 648-649).

Sobre as populações nativas, a CPI afirma que

(...) no caso dos indígenas, o vírus se apresentou como oportunidade para intensificar uma ofensiva multifatorial que já estava em curso, patrocinada pela atual gestão. O estímulo à presença de intrusos nas terras indígenas e a negligência deliberada do governo federal em proteger e assistir os povos originários foram aliados do vírus, produzindo efeitos combinados (p. 572).

Num capítulo sobre “Impactos da Pandemia Sobre as Mulheres, a População Negra e os Quilombolas” o documento ressalta que

A população entre a qual o vírus circula não é homogênea e condições sociais e ambientais adversas fazem com que a doença atinja desproporcionalmente comunidades desfavorecidas e grupos étnicos ou raciais marginalizados, como indígenas e negros. Numa pandemia, a desigualdade se torna uma comorbidade, pois a insegurança alimentar, a falta de condições dignas de moradia e de acesso ao saneamento faz com que essas pessoas fiquem mais suscetíveis ao contágio (p. 646-647).

Onde está escrito “a desigualdade se torna uma comorbidade”, pode-se ler que a colonialidade é nossa comorbidade. Não só na pandemia. Ela orienta a norma de insegurança alimentar, de falta de condições dignas de moradia, de falta de acesso ao saneamento e, em último grau, orienta a norma de morte na sociedade brasileira. Nem precisamos de pandemia.

Norma de morte da colonização europeia desde o século XIV. Norma de morte da colonização interna brasileira na década de 1970, na região Norte, durante ditadura militar. Norma de morte durante a própria ditadura militar. Norma de morte diária em nossa sociedade. Norma que deveria ser encarada como um dos principais — senão o — condicionante social da saúde brasileira. Essa mesma norma cotidiana apenas intensificou-se durante a pandemia, sob um regime fascista democraticamente eleito.

Seguindo a norma, o resultado da incitação ao patriotismo pela ideia de que “a economia é a pátria” teve impacto maior sobre grupos que expressam sentidos contrários aos fluxos econômicos, alinhando-os às políticas de morte que subjazem na colonialidade/modernidade capitalista brasileira. Ou seja, é possível identificar na incitação patriótica fascista a marca do racismo, da manutenção do privilégio branco e da humilhação.

Mas a marca da humilhação ficou patente quando o estado brasileiro, pelos poderes do chefe do executivo, negou garantia de acesso à água potável a populações nativas e quilombolas, durante a pandemia, sob alegação de falta de orçamento. Orçamento que o próprio presidente bloqueou. Ato pelo qual Messias Bolsonaro responde por notícia-crime nº 9020 no Supremo Tribunal Federal, acusando-o de genocídio, desde 2021.

O ex-presidente também responde, desde 2021, por genocídio na Corte Internacional de Justiça, em Haia. Mas as acusações pouco foram noticiadas. E de forma alguma estiveram no debate público ou foram aprofundadas durante a campanha eleitoral de 2022. Nem mesmo pelo candidato opositor.

Algumas questões: Quanto tempo o STF precisa para julgar um suposto crime contra a humanidade? Quanto tempo a imprensa precisa para noticiar crimes contra a humanidade – registrados numa CPI e representados no STF e em Haia? Quanto espaço a imprensa deve conceder para essa gravíssima pauta? Ainda mais num ano eleitoral? Como um presidente da república em exercício formalmente acusado de genocídio, aqui e no exterior, não responde à imprensa sobre? E ainda conclui o mandato? As respostas a essas questões dizem muito sobre a democracia e a imprensa brasileiras.

Mas não foi a primeira vez que a “grande imprensa” nacional exerce, descaradamente, a autocensura. Prática que contradiz os manuais de jornalismo desses veículos, onde lê-se que “não pode haver assuntos tabus” (GLOBO, 2011), e que atuam “no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas”, para que “tudo aquilo que for de interesse público, tudo aquilo que for notícia deve ser publicado, analisado,

discutido” (FOLHA, 2019). Não são esses os registros encontrados, se vasculharmos os conteúdos (não) publicados sobre genocídios, especificamente.

Pois vejamos: Em junho de 2016, as mesmas empresas produtoras de notícias – e de subjetividades – deram pouquíssima ou nenhuma atenção ao Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre assassinatos de jovens no Brasil, publicado um mês antes do golpe final, apoiado pela imprensa, sobre o mandato de Dilma Rousseff.

No relatório da CPI, outro documento do “estado democrático de direito” brasileiro, o poder legislativo afirma categoricamente ocorrer no Brasil “um movimento sistemático e cruel, em curso, de genocídio contra a população negra, pobre e jovem” (p.7). E vai além:

O quadro de violência e a alta taxa de homicídios no Brasil são agravados pelo elevado índice de impunidade. Estima-se que apenas de 5% a 8% dos homicídios no país sejam elucidados. Nos casos registrados como “homicídio decorrente de intervenção policial”, a impunidade é ainda maior devido às graves falhas no processo de investigação. Essa impunidade alimenta o ciclo de violência e revela problemas na investigação criminal e no sistema de Justiça Criminal como um todo, o que inclui a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário (BRASIL, 2016, p.45).

O destaque da própria CPI alerta para o fato de que o genocídio denunciado se constitui de uma sequência de fatos, envolvendo outras esferas de poder que não somente a polícia militar – o braço armado do estado. Mas também o judiciário.

Então, se considerarmos que os fascismos se caracterizam por um comportamento político que “abandona as liberdades democráticas e persegue com violência redentora, sem restrições éticas ou legais, suas metas de limpeza interna e expansão externa” (PAXTON *Apud*: BRAY, 2019, pp.29-30), a CPI revela como é compreendida por parte da sociedade brasileira a violência contra as juventudes negras:

mais impactante é o silêncio da sociedade, das camadas médias e superiores, para quem esses assassinatos não constituem um problema social, pelo contrário, sendo considerados por muitos uma necessária estratégia de erradicação da bandidagem (BRASIL, 2016, p.32).

“Limpeza interna” é a “estratégia de erradicação da bandidagem” do estado brasileiro. Uma limpeza racista, de manutenção de privilégios brancos e de humilhação. Não só das populações negras, mas de todo o “estado democrático de direito”, sob o qual apenas algumas pessoas têm pertença. Outras não. Até hoje não tiveram. Sabe-se lá quando terão. Portanto, o

nosso tão alardeado “estado democrático de direito” é um sistema de privilégios. Privilégios esses que os antolhos coloniais, reproduzidos, sobretudo, pela imprensa nacional, tentam nos impedir de vislumbrar.

Diante desse estado de coisas, não é absurda a imagem de que, por aqui, faz tempo que o fascismo baila com a democracia sob o silêncio da “grande imprensa” e sob os olhares de parcela significativa da classe média, que assiste a tudo. O *mainstream* agora tá no *streaming*. *On demand*.

Quem sabe esse silêncio todo da imprensa, e por tanto tempo, tenha camuflado – assim como as fardas militares – a irrupção de ódio fascista, no início de 2023. Ódio que contra as instituições gera surpresa, indignação e lágrimas. Porque contra as pessoas nunca gerou. Nunca vi ou ouvi dizer que ministro do STF chorou diante do número de Mortes Violentas Intencionais (MVI), que ocorrem na sociedade brasileira, numa média de 50 mil pessoas assassinadas todos os anos, nos últimos 10 anos. Mas vi ministro do STF chorar diante de mobiliário quebrado. Como versa o poeta Paulo César Pinheiro, a “balança da justiça nunca pesa o que devia” (2006).

Gosto de pensar que no dia 08 de janeiro de 2023 o fascismo do estado brasileiro saiu das margens e tomou o centro. Ultrapassou os limites laterais dos antolhos da colonialidade e mostrou-se em ação. No *mainstream* do capital e, literalmente, do estado, tomando a praça dos três poderes, sede do aparato legal de toda opressão do lucro.

A proposta aqui é refletir se o fascismo sempre esteve entre nós, desde tempos coloniais. A diferença é que, em janeiro de 2023, o fascismo mostrou-se descolado do estado.

Na verdade, em grande parte das vezes é como elemento-chave de um Estado mistificado que violência e morte são postas em circulação. Talvez seja exatamente naquilo que o Estado tem de um componente místico que esteja um fator decisivo para essa força se desprender dele, tal como um Estado que se desprende do Estado, e, por mais paradoxal que possa parecer, passar a circular socialmente como um fluxo nômade. É nesse sentido, inclusive, que um fluxo fascista tende a ter características de um movimento messiânico (GUERON, 2022, p.16).

Como se o fascismo que habita as margens, voltasse-se contra os próprios olhos. Se deparasse com seu reflexo nas retinas, nas vidraças, nos televisores, nas redes sociais. Uma força descolada do estado, mas que converge sobre ele. Uma espécie de doença autoimune a atacar as entranhas do próprio estado. E disso o capital não gosta. Não tolera. Daí ter que mostrar o fascismo, ou parte dele que se desprende do estado, como um problema.

Até então, o fascismo sequer existia nas manchetes dos jornais brasileiros – ainda que existam documentos oficiais do estado denunciando a prática genocida do próprio estado brasileiro, democraticamente eleito, há, pelo menos, seis anos. E, há, pelo menos, dois anos, denúncias de genocídio em curso tanto no STF quanto em Haia contra o chefe do executivo. Fatos amplamente noticiados no Brasil? Se isso não é autocensura, o que é então? E quem se beneficiou com tanto silêncio?

O silêncio cúmplice da imprensa nacional, dos partidos políticos e dos poderes – e cumplicidade com genocídio é crime de genocídio – demonstra como é forte a norma de morte a eliminar os antônimos sociais do modelo colonial capitalista. Todo um estado a eliminar populações há séculos. E convivemos com isso. Às vezes, com mais intensidade. Às vezes, com mais indignação. Às vezes, com mais mortes. Mesmo assim, sem que seja noticiado como fascismo. É apenas a boa e velha cordialidade brasileira.

Tanto silêncio, talvez, porque tocar na questão nomearia a norma, como ensina Jota Mombaça (2016):

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste o privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu **princípio de não questionamento**, isto é seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como uma norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” - diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” - é hiper Marcado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racionalidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objetivo. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustenta, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora (p.11).

Norma que perpassa os três poderes da república silenciosamente. Inclusive aquele que se autodenomina o “quarto poder”, a imprensa. Os “cães de guarda da sociedade” que nunca ladraram diante da norma de morte do estado brasileiro. Ou melhor, raras vezes a questionam.

Mas em 8 de janeiro de 2023 chegaram a gritar em manchetes e telejornais: “Fascistas! Golpistas! Terroristas!”. Tarde. Mas estratégico. Anunciar o golpista da vez faz esquecer os golpismos de ontem. Faz esquecer os fascismos de sempre. Tenta esconder o racismo e o machismo totais em que vivemos. Comportamentos políticos fascistas nos quais a imprensa brasileira tem digitais impressas na (re)produção da colonialidade, no incessante trabalho de

“colonização das perspectivas”, por meio de antolhos compartilhados intersubjetivamente entre nós.

Se a racionalidade que comporta a violência capitalista materializa-se nessa norma de morte, ao analisá-la, tomando como seu fundamento a colonialidade, a “colonização das perspectivas”, me parece inevitável questionar o papel da Comunicação, em geral, e da imprensa nacional, em especial, a (re)produzir subjetividades em total desacordo com os acontecimentos. “Suas ideias não correspondem aos fatos”, Cazuza (1988) sempre atual.

E o que fizeram algumas pessoas, instituições e organizações da sociedade civil para evitar antolhos entre fatos, notícias e posições políticas? Aproximaram-se dos movimentos sociais. Das lutas cotidianas. Sem a intermediação das empresas de comunicação social. Sem os filtros da norma de morte colono-capitalista. Sem a autocensura abjeta.

Portanto, a autoria dos discursos sobre a ascensão vertiginosa do fascismo por aqui vem dos movimentos sociais. Essa autoria precisa ser reconhecida. Autoria de movimentos negros, movimentos de populações nativas, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, de movimentos de macumbas, movimentos de juventudes.

Ao ouvir e apoiar as lutas sociais desses movimentos, alguns estudos acadêmicos, análises de veículos independentes e as denúncias incansáveis de organizações anarquistas conseguiram construir uma narrativa muito mais próxima da realidade. Assim, construíram uma possibilidade explicativa da dinâmica social muito mais consistente, amparada largamente na imanência de uma norma de morte, que subjaz aos sistemas coloniais, capitalista e fascista. Portanto, norma presente por aqui desde o século XVI.

Norma esta que não pode ser questionada pela imprensa capitalista. Não pode, porque questionar faz ver a norma, explícita a barbárie civilizacional em que vivemos. Questionar essa norma de morte lançaria luzes internacionais sobre nosso brasileiro e sobre nossos silêncios. Abalaria mercados. Questionaria o privilégio da norma nossa de cada dia. E a *grande imprensa* não está aí pra isso. Mas, sim, para manter em silêncio a norma; “porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste o privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento” (MOMBAÇA, 2016, p.11) que, desde a fundação facho-colonial da norma de morte, condiciona o capitalismo ao cristianismo, ao racismo, ao machismo, à *branquitude* e à humilhação.

Por tudo isso, é possível pensarmos a norma de morte presente no fascismo colonial à brasileira e a sanha (neo)liberal — mais-valia e menos vida — como os “tabus” da imprensa capitalista nacional. Uma boa ilustração da autocensura sobre a relação entre a norma de

morte, as dinâmicas sociais e “a grande imprensa” no Brasil vem de Raul Seixas: “eu não preciso ler jornais. Mentir sozinho eu sou capaz” (1987).

Diante desse espetáculo de horrores, mentiras, tabus e autocensura, vale o conselho deixado há mais de 160 anos por Machado de Assis e que inspira esse texto: “se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não.” (SODRÉ, 1966, P.268).

Pelo que se mostra, não espere da “grande imprensa” notícias de um fascismo à brasileira.

*There's a natural mystic blowin' through the air
If you listen carefully now you will hear*

*This could be the first trumpet
Might as well be the last
Many more will have to suffer
Many more will have to die*

*Don't ask me why
Things are not the way they used to be
I won't tell no lie
One and all got to face reality now*

*Though I try to find the answer
To all the questions they ask
Though I know it's impossible
To go living through the past*

*Don't tell no lie
There's a natural mystic blowin' through the air
Can't keep them down
If you listen carefully now you will hear*

There's a natural mystic blowin' through the air

*This could be the first trumpet
Might as well be the last
Many more will have to suffer
Many more will have to die*

*Don't ask me why
There's a natural mystic blowin' through the air
I won't tell no lie
If you listen carefully now you will hear*

*There's a natural mystic blowin' through the air
Such a natural mystic blowin' through the air
There's a natural mystic blowin' through the air
Such a natural mystic blowin' through the air
Such a natural mystic blowin' through the air*

Natural Mystic, 1977
Bob Marley & The Wailers

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar as Causas e Consequências dos Casos de Intolerância Religiosa do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ALERJ, 2021. Disponível em: <<http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2022/06/RELAT%C3%93RIO-FINAL-DA-CPI-RES.-382.2021-com-capa-1.pdf>>. Acessado em 20/03/2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze and GROSFOGUEL, Ramón. “Decolonialidade e perspectiva negra”. **Soc. estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.15-24. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sc/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em 18/10/2020.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>> . Acessado em 10/01/2023

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista sobre Assassinado de Jovens**. Senado Federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acessado em: 10/04/2023.

BRAY, Mark. **Antifa: manual antifascista**. Ed. Autonomia Libertária. São Paulo, 2019. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4984202/mod_resource/content/1/Untitled_09102019_132014.pdf> Acessado em 15/01/2023.

CAMBRIDGE **Dictionaries Online**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/fascism> Acessado em 05/04/2023.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>>. Acessado em 10/01/2023.

CAZUZA. **O tempo não pára**. Compositor e intérprete: Cazuzza e Arnaldo Brandão. Rio de Janeiro: Philips, 1988.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>>. Acessado em 20/03/2023.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978. Disponível em < <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>> . Acessado em 10/04/2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - dados de 2020**. CIMI, 2021. Disponível em: < <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>>. Acessado em 20/03/2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 10/02/2020.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **O abecedário de Gilles Deleuze**: uma realização de Pierre-André Boutang. Paris: Éditions Montparnesse 1988-1989.

D2, Marcelo. **Batidas e levadas**. Intérprete e compositor: Marcelo D2. São Paulo: In Acústico MTV. Epic Sony Music, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. Princípios editoriais, 2019. Disponível em < <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>> Acessado em 20/03/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021”. In: **Anuário Brasileiro De Segurança Pública**, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>>. Acesso em 20/03/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Lutas por reconhecimento e os indicadores de racismo e LGBTfobia no Brasil em 2021”. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/08-anuario-2022-lutas-por-reconhecimento-e-os-indicadores-de-racismo-e-lgbtfobia-no-brasil-de-2021.pdf>>. Acesso em 20/03/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em 20/03/2023.

FOUCAULT, Michel. “Omnes et Singulatim: Uma Crítica da Razão Política”. Em: Estratégia, Poder-Saber. **Ditos & Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355-386.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114393/mod_resource/content/1/FRIEDMAN.pdf Acessado em: 20/03/2023.

GLOBO. Princípios Editoriais das Organizações Globo, 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf> Acessado em: 20/03/2023.

GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Em: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6608168/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 10/01/2023.

GUERON, Rodrigo. “A economia é a pátria!” - neoliberalismo, fascismo e bolsonarismo. In: **A vingança dos capatazes: O bolsonarismo como fascismo**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito”. Em: OLIVEIRA, Iolanda de. (Organizadora). Relações raciais e educação: Temas contemporâneos. **Cadernos PENESB**, Volume 4, Niterói (RJ): EdUFF, 2002, p. 33-69.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Mito e música”. Em: **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1981. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3131427/mod_resource/content/0/Claude%20L%20C3%A9vi-Strauss%20-%20Mito%20e%20Significado.pdf>. Acesso em 17/01/2023.

MARLEY, Bob. **Natural Mystic**. Compositor e intérprete: Bob Marley. [S.l.]: In Exodus. Tuff Gong e Island Records, 1977.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**, 2016. Disponível em <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic_a_o_da_vi>. Acesso em 17/01/2023.

PINHEIRO, Paulo César. **Toque de São Bento Grande de Angola**. Compositor e intérprete: Paulo César Pinheiro. [S.l.]: In Capoeira Besouro. Selo Quitanda: 2006.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 29/03/2023.

SANTOS, Anderson David Gomes dos. “A campanha publicitária ‘Agro é tech, agro é pop, agro é tudo’, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil”. **Revista Eptic**. Vol. 21, Nº 1, jan-abr, 2018, p. 223-244. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910>>. Acesso em 20/03/2023.

SEGATO, Rita Laura. “Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez”. **Revista Estudos Feministas** 13(2), Florianópolis, maio-agosto/2005, pp.265-285. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/cVyTVdFx8FVgcppK7QONr4B/?lang=pt>>. Acessado em 17/01/2023.

SEIXAS, Raul. **Cowboy fora da lei**. Compositor e intérprete: Raul Seixas e Claudio Roberto. São Bernardo do Campo: In Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Béin-Bum! Copacabana, 1987.

SCIENCE, Chico. **A cidade**. Rio de Janeiro: In Da lama ao caos. Sony Music: 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/sodre/1966/mes/or404270.pdf>>. Acessado em 17/01/2023.

SOARES, Elza. **Haiti**. Compositor: Caetano Veloso. [S.l.]: In Do Coccix até o pescoço. Maianga, 2002a.

SOARES, Elza. **A carne**. Compositores: Seu Jorge, Marcelo Yuka, Ulisses Cappelette. [S.l.]: In Do Coccix até o pescoço. Maianga, 2002b.

STREVA, Juliana. “Colonialidade do Ser e Corporalidade: O racismo brasileiro por uma lente descolonial”. *Antropolítica*. V. 40, 2017. Disponível em <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/432/268>>. Acessado em 20/06/2018.39

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Mídia e conservadorismo: o Globo, a Folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo**. Tese de Doutorado em Serviço

Social - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021. Disponível em <
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43482/1/TESE%20Fab%20Mendon%20de%20Vasconcelos.pdf>>. Acessado em 17/01/2023.